

# Breve arqueologia da história oral

Norberto Luiz Guarinello\*

**RESUMO:** Este pequeno ensaio tem como objetivo investigar algumas das condições de cientificidade da História Oral e, através de uma comparação com outras disciplinas de Ciências Humanas, como a Arqueologia, discutir o espaço possível de sua especificidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** história oral – documento – interdisciplinaridade – teoria da história

OS ARTIFÍCIOS PELOS QUAIS A MENTE HUMANA tenta compreender e agir sobre a realidade podem ser tenazes e duradouros. Embora reconheçamos, hoje, que a repartição de objetos e funções entre as diversas Ciências Humanas é largamente arbitrária, nossa pesquisa acadêmica ainda se articula por recortes que foram estabelecidos há mais de um século. O campo acadêmico atua como uma espécie de força inercial, que nos impede de adequar esses recortes à realidade rapidamente cambiante de nossa época.

É verdade que as linhas de demarcação se alteram, se contestam, são, por vezes, transgredidas, mas num passo que parece sempre aquém da velocidade do mundo real. Novas disciplinas surgem, novas conjunções são propostas, para desaparecerem, em sua maioria, logo a seguir. De certo modo, todas vivem em permanente crise de legitimidade e de identidade, ameaçadas pelo confronto com as Ciências ditas Exatas em sua cientificidade, contestadas na inteligibilidade de seus objetivos, negadas na razão de ser de seus limites. É assim com disciplinas tradicionais, como a História e a Arqueologia. Que dizer de uma disciplina nova, como a história oral?

Mas o que é mesmo história oral? Será uma disciplina? Mais uma? O que lhe confere sua especificidade, sua *differentia specifica*? De um ponto de vista externo, como o de quem escreve, a questão não é inútil, como tampouco parece ser aos próprios oralistas, cujas definições da disciplina parecem vagar à deriva.

---

\* Professor do Departamento de História da FFLCH-USP.

Um ponto parece-me indiscutível: a história oral conseguiu construir para si um lugar, institucionalizado, no seio da pesquisa acadêmica. Lugar demarcado por especialistas, fóruns de debates, associações regionais e nacionais, revistas e linhas editoriais. Ela é, portanto, uma prática acadêmica instituída e legitimada. Contudo, no interior desse espaço institucional legítimo, reina uma grande confusão. Os próprios oralistas se digladiam na busca de uma definição unificada da disciplina que criaram. Não parece haver consenso, longe disso!, sobre seus objetivos, sobre seus métodos, sobre a natureza de seu objeto, sobre a relação da história oral com as outras Ciências Humanas. Por que?

As dificuldades se iniciam na própria expressão que define a disciplina: “história oral”. Há uma tensão permanente entre esses dois termos, um conflito de hegemonias. A predominância do “oral” aproxima a disciplina da sociologia, da antropologia e, sobretudo, da psicologia e dos mecanismos da memória individual. A preponderância da “história” transforma-a em recurso heurístico, um entre tantos meios de se obter informações sobre o passado e que, a rigor, teria sido empregado pelos historiadores desde Heródoto. Entre esses dois pólos, a “história oral” corre os riscos, ou de se fundir no seio das Ciências Humanas, numa inter-disciplinaridade ilimitada que ameaça sua identidade, ou de submeter à História, como simples método de coleta de informações.

Afinal, o quê dá unidade ao universo tão variado e conflituoso das práticas e concepções dos próprios oralistas? Admitamos, mesmo que por um momento, que o espaço que estes instauraram no mundo científico não é simplesmente arbitrário, que tem sua razão de ser. Que fronteiras separam a história oral das demais disciplinas das Ciências Humanas?

Pensemos, novamente, nos dois termos de que se compõe sua denominação. Em primeiro lugar – e já é aqui uma tomada de posição –, como a própria História *tout court* ou a Arqueologia, a história oral é uma disciplina voltada para o passado, para a produção de memória a partir dos vestígios do pretérito existentes no presente. É, como as outras duas, uma “presentificação” do passado, uma reflexão sobre sua relação, material, causal, ideal, com o presente. E uma memória que se pretende, como as outras, científica, estruturando seus pressupostos e sua argumentação com esse fim. O quê a diferencia da Arqueologia e da História mais “tradicional” é, precisamente, a natureza dos vínculos que a unem ao passado. Ao mesmo tempo dos vestígios sobre os quais se debruçam e dos documentos que produzem a partir desses vestígios.

Há diferenças quase óbvias: na profundidade temporal que atingem, na relação que estabelecem entre individual e coletivo, entre público ou privado, ou na própria cadência temporal que impõem à memória que produzem. Há uma diferença, no entanto, que é, a meu ver, fulcral: a história oral não se debruça so-

bre um arquivo morto; os vestígios de que se utiliza não são fixos, como para as outras “Histórias”, não são ruínas passíveis de dissecação, mas memórias vivas, de indivíduos precisos, que as produzem segundo as demandas do oralista.

A história oral é, inevitavelmente, uma zona de fronteira, não tanto entre disciplinas, mas entre a própria academia e o mundo real, entre a memória legítima, cientificamente produzida, dos historiadores, e as memórias individuais, no que tem de pessoal e de coletivo. Se há, como muitos defendem, um confronto entre essas memórias, a história oral se localiza em pleno *front*. Os modos desse confronto interessam, obviamente, a historiadores e arqueólogos, mas para os oralistas não se trata de questão meramente teórica. Estes devem decidir, de pronto, em que medida submetem a memória não científica a seus ditames e regras ou em que grau se rendem a sua riqueza e sabor “espontâneos”.

Daí advém aquela que, a meu ver, é a maior dificuldade com que se defronta a busca de um consenso entre os oralistas: a da forma legítima de “documentar”, ao mesmo tempo, as informações obtidas e a relação entre historiador e entrevistado. Daí as diferentes doutrinas sobre a produção documental e sobre o que constitui, propriamente, o documento produzido pelo oralista (a fita, a transcrição da fita, a transcrição da narrativa ou da relação de narração, etc.). O traço mais distintivo da História Oral é, precisamente, a extrema maleabilidade com que produz os próprios vestígios, a partir dos quais cria sua documentação.

Talvez um confronto com a Arqueologia auxilie a aclarar a especificidade desse traço. Também a Arqueologia pode ser considerada uma disciplina *sui-generis* pelo modo como transforma vestígios em documentos. E não apenas por lidar com objetos. Com efeito, é freqüente que o arqueólogo tenha que destruir seu objeto de pesquisa para transformá-lo em documento. É o caso das escavações arqueológicas, das quais apenas sobrevivem os vestígios observados, coletados e descritos pelo escavador, que destrói sua matéria-prima para transformá-la em documentos. O próprio documento arqueológico, por sua vez, existe em diferentes níveis de concretude, durabilidade e acessibilidade: os próprios objetos, arquivados nas reservas de Museus e Universidades, as anotações de campo, a publicação definitiva dos resultados. A partir dos mesmos vestígios, portanto, arqueólogos distintos podem produzir documentos muito diferentes entre si – e sem a possibilidade, que os historiadores possuem, de voltar ao vestígios para refazer a documentação.

Se os arqueólogos criam sua documentação de modo consciente e evidente, fazem-no, contudo, a partir de vestígios que são dados, fixos, pré estabelecidos. Já os oralistas, como dissemos, não produzem apenas documentos mas, em grande medida, são responsáveis pela produção dos próprios vestígios. São, no mínimo, co-autores: definem a abrangência da cobertura, seus objetivos, temas e questões

centrais e interferem no processo de coleta de modo inelutavelmente individual, pelo tipo de relação que estabelecem com os entrevistados e pelo modo como os orientam na produção de suas próprias memórias.

O elevado nível de indeterminação desse processo, a maneira particular como esses vestígios se fazem produzir oferecem riscos que as demais Ciências Humanas vêm, sem dúvida, muitas vezes com suspeita ou temor, mas que oferecem, igualmente, possibilidades instigantes e inovadoras, como os melhores trabalhos na área dão claramente a ver.

Se as possibilidades são mais ou menos evidentes para todos, os riscos talvez o sejam algo menos. O principal, a meu ver, deriva da incapacidade de a própria disciplina padronizar os procedimentos de coleta e transformação dos vestígios em documentos, tal como fizeram, a seu tempo, tanto a História como a Arqueologia. A História Oral talvez nos demonstre, precisamente, ser possível defender a cientificidade de uma disciplina cujos padrões de coleta e documentação do real não podem ser normatizados.

Essa fluidez, em todo caso, parece adequada ao próprio objeto para o qual se volta, a fala/narrativa rememorativa. Contudo, se não é possível estabelecer padrões ao nível da relação com os vestígios, o mesmo não pode ser dito a respeito da documentação. Alguns procedimentos, aqui, devem ser consensuais.

A questão central é a do caráter e do sentido públicos da documentação. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que pouco importa a técnica pela qual se transformam vestígios em documentos, desde que seja explícita. Técnicas diferentes produziram documentos de natureza diferente. Até aí nada demais. Mas a coleta não ser um fim em si mesma, nem a documentação produzida deve ter caráter privado.

O exemplo da Arqueologia talvez seja, mais uma vez, de alguma utilidade. Para os arqueólogos é consenso que a exploração dos vestígios materiais do passado não pode ser feita aleatoriamente, mas deve responder a questões precisas. Questões que sejam relevantes para o pensamento contemporâneo mas com uma amplitude tal que a documentação que produzam possa atender às necessidades de memória das gerações futuras, que não mais terão acesso aos mesmos vestígios. Entre oralistas e arqueólogos há em comum a premência do desaparecimento dos vestígios. Para ambos se impõem responsabilidades, não apenas com o presente, mas com o futuro.

Um mesmo imperativo une as duas disciplinas, o da preservação. Como atender às demandas do presente e, ao mesmo tempo, conservar para o futuro? Quê preservar? Quê entregar ao olvido impenetrável do tempo? Não há respostas únicas, mas nossas responsabilidades sociais impõem clareza nos procedimentos.

Clareza e publicidade. Um documento só é verdadeiramente útil, só se torna peça de um discurso científico quando pode ser compulsado, analisado, conferido, por qualquer um. Ou, de modo mais específico, quando a comunidade científica pode verificar as bases empíricas de uma argumentação. A História Oral depende, como a Arqueologia ou a História, de instituições depositárias, de regras de registro, classificação e acesso à documentação em seus diferentes níveis, da publicação de séries documentais. Em suma, de tornar sistematicamente públicos seus fundamentos empíricos, para controle, verificação e eventual refeitura de interpretações.

Uma última diferença entre história oral e Arqueologia, ou mesmo História, diz respeito ao caráter finito dos vestígios à disposição destes últimos. Nos países em que a pesquisa arqueológica é mais avançada, por exemplo, há muito se desvaneceu a miragem da descoberta, a valorização do novo, do ineditismo documental. Os sítios arqueológicos tornaram-se recursos escassos, já extensamente explorados e em vias de desaparecimento. Para a história oral, no entanto, o universo vestigial é infinito, inesgotável, permanentemente renovável, recriável a cada geração.

O risco daí recorrente é o da não reiteração da investigação, o do absoluto particularismo, da absoluta fragmentação. Não é um risco pequeno, como pode demonstrar mesmo uma leitura cursiva da bibliografia recente. Mas, de modo geral, os oralistas têm-se mostrado capazes de criar problemáticas coletivas e de estabelecer linhas de diálogo entre si e com outros especialistas. E, por outro lado, oferece um campo de experimentação sem par, uma zona de fronteira, como disse acima, na qual as Ciências Humanas se defrontam com um novo tipo de fluidez conceitual, difícil de lidar, sem dúvida, mas talvez mais adequado à realidade contemporânea que nossas antigas certezas cartesianas.

**ABSTRACT:** This little essay investigates some of the conditions which make Oral History a Science, as well as at the discussion of its specificity in the light of the other Social Sciences.

**KEY-WORDS:** oral history – document – interdisciplinary studies – theory of history